

Resumo: O artigo analisa a sustentabilidade no planejamento institucional de bibliotecas universitárias públicas da Região Norte do Brasil. Seu objetivo é identificar potencialidades e desafios das bibliotecas universitárias a partir da incorporação da sustentabilidade nos planos de desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada na análise de conteúdo em planos de desenvolvimento institucionais. A análise se concentra na identificação de diretrizes, objetivos e ações relacionadas à sustentabilidade. Os resultados indicam que a sustentabilidade está presente nos documentos como princípio, valor e diretriz estratégica vinculada ao desenvolvimento regional amazônico. Entretanto, observa-se uma lacuna no planejamento específico das bibliotecas que limita a operacionalização das diretrizes. Diante disso, embora as bibliotecas universitárias apresentem potencial para contribuir com o desenvolvimento sustentável, esse papel ainda carece de maior institucionalização no planejamento das unidades de informação.

Palavras-chave: Amazônia Legal; Bibliotecas universitárias; Sustentabilidade.

Abstract: The article analyses sustainability in the institutional planning of public university libraries in the Northern Region of Brazil. The objective is to identify the potential and challenges of university libraries based on the incorporation of sustainability in the development plans of Higher Education Institutions considering the Sustainable Development Goals. This is a qualitative study with an exploratory and descriptive approach, based on the content analysis of institutional development plans. The analysis focuses on identifying guidelines, objectives, and actions related to sustainability. The results indicate that sustainability is present in the documents as a principle, value, and strategic guideline linked to regional development in the Amazon. However, there is a gap in the specific planning of libraries that limits the operationalisation of the guidelines. Therefore, although university libraries have the potential to contribute to sustainable development, this role still needs to be further institutionalised in the planning of information units.

Keywords: Legal Amazon; University libraries; Sustainability.

Introdução

As bibliotecas universitárias são atores relevantes na criação, organização e disseminação do conhecimento em benefício dos usuários, aí incluídos docentes, discentes, pesquisadores, técnicos administrativos, colaboradores e pessoas da sociedade civil. Suas funções educativas, informacionais e sociais permitem a incorporação da sustentabilidade em uma perspectiva sistêmica. Sob esta noção, Rossi e Pinto (2023) destacam que as bibliotecas universitárias brasileiras estão historicamente vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, assumindo responsabilidade com o atendimento qualitativo das necessidades informacionais e socioculturais da comunidade acadêmica.

Entretanto, os serviços oriundos dessas necessidades demandam constantes adequações para acompanhar as transformações tecnológicas, curriculares, sociais, bem como devem levar em conta a diversidade geracional dos usuários. Nesse contexto, apresentamos a perspectiva de Gama e Zaninelli (2023), para quem a biblioteca universitária constitui um espaço propício para o estabelecimento de parcerias e para a contribuição efetiva ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Mamtora e Pandey (2018), por sua vez, reforçam que as bibliotecas atuam no fortalecimento da educação, da pesquisa, da disseminação do conhecimento e do acesso aberto à informação, elementos estes fundamentais para a Agenda 2030.

Diante dessas considerações, este estudo pretendeu responder à seguinte questão de pesquisa: Quais potencialidades e desafios se apresentam às bibliotecas universitárias para que se adequem aos aspectos de sustentabilidade pautados nos planos de desenvolvimento das instituições das quais fazem parte? Responder ao questionamento enunciado configura-se como um passo essencial para de fato esclarecer a viabilidade do tema da sustentabilidade em bibliotecas públicas da Região Norte do Brasil, nos estados da Amazônia Legal. Partindo dessas inquietações, o objetivo da pesquisa se formalizou em identificar as potencialidades e os desafios das bibliotecas universitárias da Região Amazônica a partir da incorporação da sustentabilidade aos planos de desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) à luz dos ODS.

Além desses apontamentos, a justificativa desta pesquisa se expressa na necessidade de ampliar e atualizar a produção de conhecimento sobre a atuação das bibliotecas universitárias no âmbito da Agenda 2030, especialmente no contexto amazônico, ainda pouco explorado na literatura científica. A relevância da investigação reside no potencial das bibliotecas universitárias para promover a democratização do acesso à informação, a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, aspectos diretamente relacionados aos ODS, tais como educação de qualidade, redução das desigualdades e promoção de parcerias institucionais. Desta feita, a pesquisa também contribui para a discussão sobre políticas institucionais e o aprimoramento de práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável no ensino superior público amazônico.

Referencial teórico

As subseções a seguir se debruçam sobre uma breve reflexão acerca das temáticas que atravessam esse estudo, quais sejam bibliotecas universitárias, sustentabilidade, Amazônia e planejamento institucional. A angulação dessas disciplinas se corporifica de modo transversal a fim de fomentar um paralelo circunstancial, ou seja, um aporte misto construído no diálogo dessas temáticas para as inferências destacadas na seção de resultados.

Bibliotecas universitárias e sustentabilidade na agenda 2030

As bibliotecas universitárias, enquanto unidades estratégicas de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, têm ampliado progressivamente seu papel institucional diante das demandas contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a ONU, formada por 193 países-membros, instituiu, em 2015, o plano de ação intitulado *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*,

popularmente conhecido como Agenda 2030. Essa proposta estrutura-se em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas universais voltadas ao desenvolvimento econômico, ambiental e social, tendo como principais desafios a erradicação da pobreza, o enfrentamento das crises climáticas e a redução das desigualdades sociais.

A Agenda 2030, ao estabelecer os 17 objetivos, reconhece a educação e o acesso à informação, assim como a produção do conhecimento, como eixos transversais para a construção de sociedades mais justas e ambientalmente responsáveis. Nesse cenário, somos levados a concluir que as bibliotecas universitárias podem, de modo bastante adequado, emergir como espaços privilegiados para a promoção da sustentabilidade, especialmente por meio da democratização da informação e do fortalecimento da cidadania informacional.

Em relação ao contexto brasileiro, Rossi e Pinto (2023) ressaltam que as bibliotecas universitárias se vinculam ao conhecido tripé da universidade, ou seja, ao ensino, à pesquisa e à extensão desenvolvidos por estas instituições, assumindo funções que extrapolam o suporte informacional tradicional. Essas unidades passam, portanto, a incorporar ações educativas, culturais e sociais, alinhadas às políticas institucionais das universidades e às demandas da sociedade, reforçando seu potencial como agentes ativos na implementação da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e informacional.

No âmbito desta pesquisa, a articulação entre as bibliotecas universitárias e a Agenda 2030 é operacionalizada a partir da identificação de ODS diretamente relacionados às funções e práticas dessas unidades de informação. Destacamos, a seguir, os objetivos que concluímos possuir maior aderência à premissa que argumentamos, isto é, à prospecção de atuação das bibliotecas universitárias nas questões da sustentabilidade. As citações diretas apresentadas nos tópicos adiante foram retiradas da página oficial da ONU Brasil (2015)¹.

- **ODS 4 (Educação de Qualidade):** visa “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. Nesse sentido, interessou a esta pesquisa compreender de que formas o planejamento institucional das bibliotecas universitárias pode se expressar como uma potencialidade ou como um desafio para a promoção da educação inclusiva e equitativa e qual o seu papel na democratização do conhecimento científico;
- **ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura):** tem como propósito “construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”. A partir desse objetivo, tentamos compreender em que medida as bibliotecas universitárias podem agir nas camadas de inovação, particularmente no apoio a pesquisas voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao uso de tecnologias informacionais aplicadas ao contexto acadêmico e territorial;

¹ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

- **ODS 10 (Redução das Desigualdades):** busca “reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles”. No contexto das bibliotecas universitárias, este ODS pode ser observado a partir da identificação de tecnologias assistivas utilizadas para ampliar o acesso ao conhecimento por pessoas com deficiência, bem como das ações de diversidade e inclusão social promovidas no âmbito do ensino superior;
- **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis):** propõe-se a “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”. Relaciona-se, em um esquema horizontal das bibliotecas universitárias, à existência de iniciativas voltadas à infraestrutura sustentável, ao uso racional de recursos, à adoção de práticas de consumo consciente no ambiente das bibliotecas universitárias, dentre outras ações que possam ser traduzidas neste escopo; e
- **ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação):** intenta “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”, enfatizando a importância da cooperação institucional. Nesse objetivo, especulamos se há articulações nas bibliotecas universitárias para promoção eventos, cursos, oficinas, projetos e parcerias interinstitucionais que incentivem a pesquisa, a inovação e a disseminação de conhecimentos orientados à sustentabilidade.

Os objetivos ora destacados são aqueles que, em nossa avaliação, se expressam como os mais frutíferos para a elaboração, implementação e gestão de ações caras ao desenvolvimento sustentável em bibliotecas universitárias. Na seção de resultados, portanto, discutiremos mais a fundo o vínculo temático e operacional entre estes objetivos e o funcionamento dessa tipologia de biblioteca considerando o plano de desenvolvimento das IES na Região Norte.

Bibliotecas e suas práticas para o desenvolvimento sustentável

A incorporação da sustentabilidade nas bibliotecas universitárias exige transformações que vão para além de iniciativas isoladas, demandando integração efetiva às estratégias de gestão e de planejamento institucional. Com efeito, Feil e Schreiber (2017:10) apresentam um esclarecimento bastante pertinente a este respeito, conforme segue:

O desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como uma estratégia utilizada em longo prazo para melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade. Essa estratégia deve integrar aspectos ambientais, sociais e econômicos, em especial considerando as limitações ambientais, devido ao acesso aos recursos naturais de forma contínua e perpétua. O conceito de estratégias, ou seja, o ato de gerenciar, é elaborado com base nos resultados das avaliações da sustentabilidade, e tem como foco os aspectos negativos, recuperando ou normalizando até o ponto em que o processo evolutivo do sistema ocorra normalmente.

Na mesma linha, Dutra, Pinto e Geraldo (2017) argumentam que os desafios enfrentados por essas unidades incluem limitações orçamentárias, carência de recursos humanos, necessidade de atualização tecnológica e a exigência de alinhamento às políticas institucionais das universidades. Nesse sentido, a adoção de práticas sustentáveis deve considerar tanto a racionalização de recursos quanto o fortalecimento do papel social das

bibliotecas. Na prática, um não funciona sem o outro, de modo que a sustentabilidade se estabelece no equilíbrio desses fenômenos.

Gama e Zaninelli (2023), por sua vez, enfatizam que as bibliotecas universitárias constituem ambientes propícios ao desenvolvimento de serviços informacionais orientados aos ODS, especialmente quando estabelecem parcerias com setores acadêmicos e administrativos das instituições. Ações como a realização de atividades educativas, eventos temáticos, curadoria de informações sobre sustentabilidade e apoio à pesquisa interdisciplinar são exemplos de práticas que contribuem para a integração da Agenda 2030 no cotidiano universitário.

Além disso, a sustentabilidade em bibliotecas universitárias talvez possa ser compreendida de forma sistêmica, ou seja, contemplando aspectos ambientais (como a redução do consumo de recursos e a gestão de resíduos), sociais (como a inclusão, a acessibilidade e o atendimento a públicos diversos), e informacionais (relacionados ao acesso aberto, à preservação da memória científica e à ética da informação). Essas abordagens ampliam o entendimento do papel das bibliotecas como espaços de formação crítica e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Bibliotecas e suas práticas para o desenvolvimento sustentável

A atuação das bibliotecas universitárias localizadas na Amazônia Legal assume contornos específicos em razão das características socioambientais, culturais e territoriais da região. A Amazônia Legal representa uma das regiões mais estratégicas do planeta em termos de biodiversidade, riqueza cultural e potencial de sustentabilidade, mas também uma das mais vulneráveis a processos de espoliação territorial e degradação ambiental. Composta por nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), essa região concentra 59% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes, dentre os quais se destacam populações tradicionais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e urbanas periféricas (NASCIMENTO e GONÇALVES, 2023 *apud* SILVA *et al.*, 2025). Ainda assim, convém apontar para um marcador bastante característico, que evidencia a especificidade amazônica a partir de um contexto socioterritorial, que acaba alargando os argumentos de desigualdade informacional e desafios na logística da região.

Nesse cenário, as IES instaladas na Amazônia Legal enfrentam desafios estruturais e contextuais que impactam diretamente suas unidades de informação. As bibliotecas universitárias, inseridas nesse contexto, lidam com limitações relacionadas à infraestrutura física, à falta de acesso a recursos tecnológicos, à delicada distribuição geográfica dos *campi* e às desigualdades socioeconômicas regionais. Tais fatores reforçam a necessidade de estratégias institucionais que considerem as especificidades territoriais e sociais da região, ampliando o papel das bibliotecas como espaços de inclusão, acesso à informação e apoio à formação acadêmica e cidadã.

Com base nessas ponderações, podemos argumentar que a sustentabilidade se deflagra como um desafio bastante presente nos mais diversos contextos da sociedade e nas diferentes estruturas organizacionais das instituições. Todavia, na camada institucional em que se situam as bibliotecas universitárias, “a aplicação da sustentabilidade está frequentemente direcionada a propostas de construções sustentáveis, buscando aliar as necessidades de funcionamento à redução dos impactos ambientais causados” (SIQUEIRA,

TRINDADE e TRINDADE, 2022:9). Na Amazônia Legal, essa perspectiva adquire relevância ampliada, considerando a sensibilidade ambiental da região e a necessidade de práticas institucionais alinhadas à conservação dos recursos naturais.

Adicionalmente, Silva *et al.* (2025:5) ressaltam que “a sustentabilidade no ensino superior requer mais do que práticas isoladas ou discursos normativos; demanda uma transformação paradigmática que permeie a gestão institucional [...] e a integração entre universidade e sociedade”. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias da Região Norte se apresentam como espaços estratégicos para a promoção do desenvolvimento sustentável, articulando ações informacionais, educativas e institucionais alinhadas às demandas regionais e aos ODS.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada caracterizando-se por sua natureza qualitativa, partindo de uma abordagem exploratória e descritiva, sobretudo com base na análise de conteúdo de Bardin (2015). Este desenho metodológico permitiu uma investigação sistemática de documentos institucionais oficiais, a fim de compreendermos aspectos como diretrizes, estratégias e compromissos relacionados à sustentabilidade em bibliotecas universitárias públicas da Região Norte do Brasil.

O *corpus* documental da investigação foi construído a partir dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES públicas localizadas nos estados da Região Norte integrantes da Amazônia Legal, bem como pelos Planos de Desenvolvimento das Unidades (PDU), documentos estes específicos das bibliotecas ou sistemas de bibliotecas universitárias. Foram consideradas especificamente universidades federais e estaduais, excluídos, portanto, os Institutos Federais (IF), com o intuito de manter uma maior homogeneidade institucional e organizacional para a análise.

A identificação das instituições e das bibliotecas ocorreu por meio de levantamento em *sites* institucionais, priorizando-se informações públicas disponíveis entre o período de agosto a dezembro de 2025, temporalidade esta tocada pela pesquisa. Inicialmente, foi realizado um mapeamento das bibliotecas universitárias públicas existentes na Região Norte, com a finalidade de identificar a instituição mantenedora, a esfera administrativa (estadual ou federal), e o arranjo adotado, isto é, sistema de bibliotecas ou biblioteca central. Em seguida, foram localizados e selecionados os documentos de planejamento institucional das bibliotecas e universidades (especificamente PDU e PDI), para registro das versões e período de vigência.

A operacionalização da análise foi realizada por meio de leitura sistemática e interpretativa dos documentos selecionados, usando a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2015) e tendo como foco a identificação de menções explícitas e implícitas à sustentabilidade, bem como a presença de diretrizes, objetivos estratégicos, valores institucionais e ações relacionadas aos ODS. Para fins analíticos, foram priorizados os ODS 4, 9, 10, 12 e 17, por apresentarem maior aderência às funções e práticas das bibliotecas universitárias.

Os dados obtidos nas etapas anteriores foram organizados de forma comparativa, permitindo a identificação de convergências, lacunas, potencialidades e desafios no tratamento da sustentabilidade considerando aqueles documentos analisados. Assim, a

interpretação dos resultados foi orientada pelo referencial teórico adotado, o que nos possibilitou articular os achados empíricos com a literatura sobre bibliotecas universitárias, Amazônia e Agenda 2030.

Resultados e discussões

Para a identificação das bibliotecas universitárias mantidas por IES públicas na Amazônia, realizamos o levantamento das bibliotecas universitárias públicas da Região Norte, identificando instituições, nível administrativo e arranjo organizacional (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Bibliotecas universitárias públicas da Região Norte do Brasil

UF	IES	Esfera	Arranjo
AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
AM	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Estadual	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
AP	Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	Estadual	Biblioteca Central (BC)
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
PA	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
PA	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Estadual	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
PA	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
RR	Universidade Estadual de Roraima (UERR)	Estadual	Biblioteca Central (BC)
TO	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
TO	Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)	Federal	Sistema de Bibliotecas (SiBi)
TO	Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)	Estadual	Sistema de Bibliotecas (SiBi)

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Foram consideradas exclusivamente IES públicas situadas na Região Norte do Brasil (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrantes da Amazônia Legal, excluindo-se os IF para uma amostra mais reduzida, homogênea e padronizada. Os dados apresentados foram coletados a partir de informações disponibilizadas nos *sites* institucionais das universidades e de suas bibliotecas, considerando o conteúdo público acessível no período da pesquisa.

O Quadro 1 integra um levantamento de caráter exploratório e descritivo, cuja finalidade é oferecer um panorama quantitativo das bibliotecas universitárias públicas, excetuando-se aquelas vinculadas aos IF, existentes na Região Norte. Trata-se de um diagnóstico que nos possibilitou identificar as instituições, seus níveis administrativos e os arranjos organizacionais adotados, servindo como base para análises interpretativas.

A leitura dos dados evidencia que a maior parte das bibliotecas universitárias se encontra vinculada a universidades situadas em capitais estaduais, como Manaus, Belém, Rio Branco, Macapá, Porto Velho, Boa Vista e Palmas. Essa concentração revela a histórica centralização das IES nos grandes centros urbanos, o que pode contribuir para a ampliação das desigualdades no acesso à informação, à formação acadêmica e aos serviços informacionais em municípios do interior da Amazônia Legal. Embora algumas universidades possuam *campi* em municípios do interior, a gestão das bibliotecas, em geral, permanece centralizada nas capitais, o que pode limitar a autonomia administrativa e a implementação de ações locais contextualizadas às realidades territoriais específicas.

No que se refere ao arranjo organizacional, observa-se a predominância do modelo de Sistema de Bibliotecas (SiBi), adotado pela maioria das universidades federais e por parte das estaduais, ainda que com variações nas siglas utilizadas. Esse modelo organizacional possibilita uma maior padronização de processos, integração de acervos, compartilhamento de recursos informacionais e fortalecimento da gestão administrativa. Tais características podem favorecer a institucionalização de políticas e práticas voltadas à sustentabilidade, uma vez que permitem ações articuladas em rede, planejamento estratégico conjunto e maior capilaridade institucional.

Em contrapartida, algumas universidades estaduais organizam suas bibliotecas sob a estrutura de Biblioteca Central, que se configura em um modelo mais centralizado. Embora esse arranjo possa garantir maior autonomia decisória local, concluímos que também pode apresentar limitações quanto à padronização de serviços, à integração *intercampi* e à captação de recursos institucionais. Dessa forma, as bibliotecas “autônomas” tendem a depender mais fortemente de iniciativas pontuais e da atuação individual de gestores e equipes técnicas para o desenvolvimento de ações alinhadas aos ODS.

Observamos que os diferentes modelos de organização administrativa impactam diretamente na capacidade das bibliotecas universitárias de desenvolver, institucionalizar e manter práticas sustentáveis. Sistemas de bibliotecas podem favorecer a racionalização de recursos, o fortalecimento institucional e a implementação de políticas integradas, enquanto modelos centralizados podem apresentar uma maior flexibilidade para atender demandas locais, ainda que enfrentem restrições estruturais e orçamentárias.

Tomando por base essas considerações, o Quadro 2, a seguir, apresenta os documentos que foram analisados em vista do cumprimento do objetivo desta pesquisa. A organização do quadro foi dividida de acordo com a ordem das IES constantes do Quadro 1, contendo

informação sobre as versões dos PDU das bibliotecas destas instituições e de seus PDI. Embora todas as IES apresentem PDI, apenas cinco de suas bibliotecas ou sistemas de bibliotecas apresentam PDU. Para facilitar a consulta, cada documento foi arrolado por número da última versão (em vigência), com o *hiperlink* que direciona para o documento digital.

Quadro 2 – Planos de Desenvolvimento (PD) das bibliotecas e das instituições

SIGLA IES	PDU das Bibliotecas (versão e <i>hiperlink</i>)	PDI (versão e <i>hiperlink</i>)
UFAC	Não há ou não foi localizado	<u>2025-2029</u>
UFAM	<u>2023-2025</u>	<u>2026-2030</u>
UEA	Não há ou não foi localizado	<u>2023-2027</u>
UNIFAP	Não há ou não foi localizado	<u>2020-2024</u>
UEAP	Não há ou não foi localizado	<u>2024-2029</u>
UFPA	<u>2022-2025</u>	<u>2016-2025</u>
UEPA	Não há ou não foi localizado	<u>2017-2027</u>
UFRA	<u>2025-2027</u>	<u>2025-2030</u>
UFOPA	<u>2025-2027</u>	<u>2024-2031</u>
UNIFESSPA	<u>2024</u>	<u>2020-2026</u>
UNIR	Não há ou não foi localizado	<u>2025-2029</u>
UFRR	Não há ou não foi localizado	<u>2021-2025</u>
UERR	Não há ou não foi localizado	<u>2023-2027</u>
UFT	Não há ou não foi localizado	<u>2021-2025</u>
UFNT	Não há ou não foi localizado	<u>2024-2027</u>
UNITINS	Não há ou não foi localizado	<u>2023-2027</u>

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Um dos princípios institucionais preconizados no estatuto da UFAC destaca o “compromisso com a preservação e conservação do meio ambiente e desenvolvimento autossustentável” (UFAC, 2024:26). A instituição apresenta no documento do PDI, especificamente na passagem sobre sua missão, o horizonte de “produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, integrando ensino, pesquisa, extensão e inovação, para a formação de cidadãos críticos e para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica” (UFAC, 2024, p.26).

Adicionalmente, um dos projetos estratégicos apresentados no PDI da UFAC se intitula UFAC Sustentável, e se propõe à “elaboração de um plano de sustentabilidade da Ufac com a finalidade de promover a redução do impacto ambiental, atender as normas de sustentabilidade vigentes e promover uso racional dos recursos públicos atrelados à educação ambiental [...]” (UFAC, 2024:33). Como autocrítica, o documento do PDI da

UFAC sinaliza como fraqueza do ambiente interno da instituição uma “ausência de política de gestão sustentável” (UFAC, 2024:36), mas também destaca como uma oportunidade relacionada aos fatores ambientais externos o “interesse mundial em questões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável” (UFAC, 2024:38).

No caso da UFAM, um dos objetivos estratégicos delineados em seu PDI formaliza o compromisso de “implementar os princípios e diretrizes da sustentabilidade da Administração Pública Federal alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (UFAM, 2025:113). Este compromisso acaba incidindo em todos os documentos analisados, sobretudo na constatação do uso dos ODS como instrumento para fomentar o aporte teórico para a elaboração dos textos.

Outro dos objetivos estratégicos da UFAM se expressa em “consolidar a imagem institucional da UFAM como uma universidade diversa, sustentável e que valoriza os saberes tradicionais” (UFAM, 2025:122). Aqui podemos verificar a menção da ancestralidade como uma cepa da sustentabilidade, algo que, na Região Amazônica, não apenas se apresenta como indispensável, mas também como uma forma de reparação histórica que deve ser cada vez mais incentivada nos dispositivos legais.

Curiosamente, a versão atual do PDU do SiBi UFAM (2023) não contempla nenhum aspecto especificamente voltado para a sustentabilidade. Entretanto, o documento cuja temporalidade contempla o período de 2023 a 2025 encontra-se em atualização, constando na listagem da Pró-Reitoria de Planejamento da UFAM com o *status* de “aguardando a conclusão do documento”. Esta é uma oportunidade de a unidade da biblioteca realizar uma autocritica para confrontar as fragilidades de seu planejamento em relação à sustentabilidade.

Seguindo-se às análises, em um cenário mundial pós-pandemia, o PDI da UEA alerta para

[...] a perspectiva de uma crise climática global que tem preocupado a humanidade e reforçado o caráter de urgência de ações que promovam a sustentabilidade com apostas ousadas em tecnologias de baixo carbono, energias alternativas e inovações de dimensões multiescalares e multitemporais que conservem os ecossistemas, a socio, bio e geodiversidades (UEA, 2023:16).

A urgência imbuída de significados retrata um destino para o qual se encaminha a humanidade, isto é, o das discussões, cada vez mais necessárias, sobre nossas pegadas no planeta. Essas pegadas, sobretudo ambientais, impactam principalmente nos recursos naturais, e o conhecimento pode ser uma arma necessária para realizar esses enfrentamentos. Em vistas disso, no campo das diretrizes estratégicas, a UEA estabelece como missão a de “promover ações de ensino, pesquisa e extensão, por meio de inovação científica, cultural, tecnológica e social, para atender às demandas por desenvolvimento sustentável na Amazônia” (UEA, 2023:22).

O PDI da UNIFAP encontra-se desatualizado, uma vez que seu planejamento contemplou até o ano de 2024 e não há nenhuma nova versão disponível. No documento (UNIFAP, 2019:73), a instituição apresenta como missão “construir e compartilhar saberes e práticas de forma inovadora, com qualidade, nas ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica”, e como visão estabelece o

intuito de “ser referência em educação superior e inovação tecnológica na Região Amazônica, fomentando o desenvolvimento sustentável e a integração social”.

Um dos destaques do PDI da UNIFAP se expressa no Projeto Piloto de Sustentabilidade Ambiental, que se pauta no Plano de Gestão de Logística Sustentável, seguindo o Decreto n.º 7.746/2012, para elaboração de planejamento “quanto aos serviços contratados, ao consumo de energia elétrica, aos serviços de água e esgoto, o gerenciamento de resíduos e outros” (UNIFAP, 2019:119). Essas legislações complementares acabam dando robustez aos PDI, haja vista que podem legitimar a exequibilidade dos ODS nas instituições.

O PDI da UEAP apresenta como um dos diferenciais da instituição o potencial para a área da Bioeconomia, conforme o texto do documento: “Devido à sua localização na Amazônia, a UEAP tem um papel crucial no desenvolvimento da bioeconomia do Amapá, explorando de forma sustentável a biodiversidade local” (UEAP, 2024:37). Isso é bem verdade se considerarmos a localização como estratégia facilitadora para avançar em direção à sustentabilidade. Mas, seguindo a lógica da instituição, todas as outras universidades também podem usufruir da mesma característica geográfica, implicando em uma diferenciação para quaisquer das instituições localizadas na Região Amazônica, e não somente a UEAP.

Dentre os princípios institucionais e dimensões da UEAP consta o próprio princípio de sustentabilidade, que se presta ao compromisso de “integrar práticas sustentáveis em todos os aspectos da universidade, dos *campi* às salas de aula, e promover a conscientização ambiental” (UEAP, 2024:41). Por conseguinte, o documento alude também a outro instrumento de gestão institucional, nomeadamente seu Projeto Pedagógico da Instituição (PPI), a fim de assegurar a “ética social e a sustentabilidade ambiental como eixos formativos” (UEAP, 2024:60) para os âmbitos da instituição.

No PDU do SiBi da UFPA, encontramos com o eixo da sustentabilidade como uma das fraquezas da Biblioteca Central que precisa ser endereçada a fim de se tornar uma força. O autodiagnóstico aponta que, “dentre os subeixos que precisamos melhorar, estão: ‘critérios socioambientais nas diretrizes estratégicas e normativos reguladores’, ‘comprometimento dos dirigentes’, ‘sensibilização e capacitação de servidores’, ‘economia de água’ e ‘economia de energia’” (UFPA. Biblioteca..., 2022:56).

Atualmente, a UFPA está trabalhando na atualização de seu PDI para a década de 2026-2035, por isso o PDI considerado nesta investigação compreende o documento que ainda se encontra em vigência, que compreende a década de 2016-2025. Seguindo perfil das outras instituições, sua missão se formaliza em “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável” (UFPA, 2016:31).

O documento da UFPA destaca uma gestão ambiental para a sustentabilidade, afirmando que a universidade, “no seu cotidiano, tem a preocupação com a sustentabilidade, não só local, mas principalmente regional, tratando-a de forma estratégica, uma vez que está diretamente envolvida neste contexto” (UFPA, 2016:58). Nesse intento, a instituição apresenta forte preocupação com a infraestrutura, estabelecendo ações para um plano de promoção de acessibilidade física e sustentabilidade.

Na sequência das análises, dentre os princípios gerais que norteiam as práticas acadêmicas, o PDI da UEPA apresenta a “contribuição com a transformação da realidade regional com

justiça social e desenvolvimento sustentável” (UEPA, 2017:39). O documento da UEPA tece ainda um alerta pertinente ao declarar que “desenvolver a ciência e pesquisa com foco em sustentabilidade que exige uma política de expansão institucional de cooperação bilateral e multilateral com instituições nacionais e internacionais com avanços de intercâmbios [...]” (UEPA, 2017:41).

Dentre os valores elencados no PDU da Biblioteca Universitária da UFRA, destacam-se:

Responsabilidade social, ambiental e administrativa – oferecer serviços e atividades socioculturais a comunidade interna e externa que favoreçam a adoção de práticas que minimizem os danos ambientais e promovam a sustentabilidade, além da atuação pautada na responsabilidade pública dos agentes pelos seus atos [...]. Sustentabilidade – fortalecer conceitos que envolvem o uso consciente dos recursos naturais e o equilíbrio entre o crescimento econômico, o respeito pelo meio ambiente e o bem-estar social (Biblioteca Universitária UFRA, 2025:35-36).

Seguindo essa mesma linha textual, um dos objetivos estratégicos constantes do PDU da Biblioteca Universitária da UFRA (2025:74), isto é, “vincular as publicações disponibilizadas no RIUFRA aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, poderia ser uma iniciativa replicada em todas as outras bibliotecas e sistemas, a fim de manter um cruzamento de informações que possibilite uma recuperabilidade mais efetiva de produção acadêmico-científica no âmbito dos ODS. Nenhum outro documento menciona a integração com os repositórios institucionais, de modo que esta se apresenta como uma fragilidade para as IES.

Uma das forças relacionadas a fatores externos no PDI da UFRA (2025:72) está registrada como “ter ações e eventos institucionais com foco na valorização do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável da Amazônia”. Quanto aos fatores externos, uma das forças jaz na “demanda crescente por produtos e serviços relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade” (UFRA, 2025:73).

Consolidando essas concepções, e visando ao alcance dos ODS, a UFRA delinea em seu PDI uma política institucional de sustentabilidade, na tentativa de “aplicar percepções e otimizar os debates e dinâmicas capazes de moldar atitudes organicamente mais sustentáveis, principalmente no âmbito regional e nas questões que afetam a própria responsabilidade ambiental” (UFRA, 2025:218). O mesmo ocorre, em maior ou menor escala, nos PDI das outras instituições analisadas, fazendo deste um aspecto similar entre as IES da região.

No PDU do SiBi da UFOPA, destaca-se a gestão de riscos em um de seus objetivos estratégicos, que se manifesta em “ampliar e aprimorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com critérios de acessibilidade e sustentabilidade” (SIBI UFOPA, 2025:43). Em justaposição, no PDI da UFOPA (2024:21), a instituição estabelece como resultados para a sociedade “apoiar o desenvolvimento sustentável e contribuir com a redução das desigualdades na região amazônica por meio de soluções práticas e inovadoras”.

Também vale destacar o que segue:

A Ufopa tem se preocupado de forma estratégica com a sustentabilidade na região do oeste do Pará. O desenvolvimento sustentável é capaz de suprir as

necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro [...]. A implementação de políticas de sustentabilidade que abranjam aspectos socioeconômicos e ambientais na comunidade acadêmica deve ser priorizada entre as estratégias da Instituição. Ações direcionadas à transparência e governança também devem estar inseridas no âmbito da sustentabilidade (UFOPA, 2024:65).

Em outra IES do Pará, vê-se uma similaridade:

Na Unifesspa, as oportunidades identificadas que podem ser exploradas para o avanço da sustentabilidade ambiental são, sobretudo, aquelas que convergem para a redução do desperdício no uso de recursos; para a ampliação da eficiência na utilização de energia; para a redução do volume de resíduos e de poluição via gestão de resíduos; e para a ampliação gradativa da proporção de energia renovável no total da energia consumida [...] (UNIFESSPA, 2020:241).

Em relação ao orçamento dentro das questões de sustentabilidade, o PDI da UNIFESSPA (2020:273) pontua que é necessário que a instituição “disponha de boas práticas de gestão e governança de forma a instituir um processo de desenvolvimento institucional sólido e sustentável”. Assim, pautada no PDI de sua instituição mantenedora, o Centro de Biblioteca Universitária da UNIFESSPA (2024:4) define como um de seus objetivos estratégicos “promover ações de incentivo à leitura e utilização dos acervos com foco na integração e na sustentabilidade”.

Em outro estado, a questão da sustentabilidade está aportada em três dimensões do PDI da UNIR, isto é, na promoção da sustentabilidade e da inclusão, na responsabilidade socioambiental, e na sustentabilidade ambiental. Na primeira dimensão destacada, o documento define que a instituição deverá “incorporar práticas sustentáveis na gestão dos espaços e serviços [...] reduzindo impactos ambientais e promovendo a conscientização da comunidade acadêmica e garantir acessibilidade plena nos equipamentos e serviços, eliminando barreiras físicas e digitais” (UNIR, 2025:94).

O documento da UNIR declara que “a universidade já desenvolve programas de empreendedorismo local [...] com foco na sustentabilidade e no uso responsável dos recursos naturais — questões essenciais para a preservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UNIR, 2025:100). O PDI também demonstra uma preocupação institucional com a sustentabilidade voltada para a inclusão e para a diversidade, e por isso se compromete a firmar políticas afirmativas que democratizem o “acesso ao ensino superior e com a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável” (UNIR, 2025:102).

O PDI da UFRR apresenta a sustentabilidade como um de seus “princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição” (UFRR, 2021:34). Por intermédio de uma política de meio ambiente, “a UFRR se compromete com a sustentabilidade socioambiental, consoante às iniciativas e ações institucional e economicamente sustentável” (UFRR, 2021:42), incentivando, para este fim, “a inserção dos conhecimentos concernentes à educação ambiental [...] mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental”.

No caso da UERR, o princípio geral de interiorização é apresentado no PDI da instituição no intento de “auxiliar o desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado de Roraima, buscando, ao mesmo tempo, alcançar maior autonomia e sustentabilidade da UERR, enquanto instituição pública de educação superior” (UERR, 2023:16). Nesse intento, a própria missão da UERR se compromete com “o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima, atuando como força transformadora das desigualdades sociais e regionais [...] e consolidar-se como Instituição de Ensino Superior capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável” (UERR, 2023:17).

Na análise de outro documento, como missão, o PDI da UFT (2021:37) define “formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade”. Em seu texto, o documento também cita a responsabilidade social associada ao tema da sustentabilidade, incorporando às práticas da universidade os aspectos delineados pelos ODS, perpassando aí uma preocupação latente com o desenvolvimento econômico com a região em que está inserida.

Há de se destacar que o PDI da UFT é o único que coaduna, formalmente através do texto do documento, a participação propriamente dita da biblioteca para alcançar suas diretrizes para a sustentabilidade, ancorada justamente em sua missão, declarando que

[...] para alcançar estes objetivos as bibliotecas são [ou podem vir a ser, se se estabelecer nos documentos de planejamento objetivos dentro desse escopo] espaços fundamentais, pois se caracterizam como áreas de catalisação e difusão de conhecimento que favorecem a inovação e contribuem para apoiar o tripé ensino, pesquisa e extensão, eixos equivalentes que sustentam a razão de ser da universidade (UFT, 2021:169).

No caso da UFNT, também no Tocantins, uma das declarações mais fortes constantes de seu PDI determina que “[...] os princípios da sustentabilidade devem estar presentes na formação de todos os estudantes da UFNT, pois [...] os princípios da sustentabilidade deverão orientar os procedimentos de todos os profissionais formados pela Instituição” (UFNT, 2023:18). Ainda no documento, o texto alerta que “persiste o debate acerca das maneiras pelas quais o desenvolvimento sustentável pode ocorrer e, dentre estas maneiras, ressalta-se a interdisciplinaridade do conhecimento” (UFNT, 2023:95).

Seguindo, dentre os pressupostos contidos no PDI da UNITINS, destaca-se o terceiro deles, que trata da “[...] contribuição para o desenvolvimento regional com o objetivo de fortalecer a relação entre a academia e as necessidades específicas da região, promovendo inovação, sustentabilidade e progresso socioeconômico e cultural [...]” (UNITINS, 2023:64). Vale destacar também o décimo primeiro pressuposto, cujo texto disserta sobre a “[...] incorporação dos princípios da sustentabilidade [...] para a conscientização ambiental, responsabilidade social e a integração de práticas sustentáveis [...]” (UNITINS, 2023:65).

Com base nessas discussões, oferecemos o Quadro 3, que sintetiza as potencialidades e os desafios identificados pelos autores a partir da análise dos documentos.

Quadro 3 – Potencialidades e desafios da sustentabilidade nas bibliotecas universitárias

Dimensão	Potencialidades	Desafios
Planejamento institucional	A incidência frequente da sustentabilidade como diretriz, valor ou princípio nos documentos	Ausência e fragilidade de PDU específicos para as bibliotecas na maioria das instituições consideradas
Governança e gestão	A predominância do modelo SiBi, o que favorece um planejamento integrado e a racionalização de recursos	Centralização na tomada de decisões que pode limitar certas ações locais no contexto das realidades regionais
Educação e inclusão	O reconhecimento do papel das bibliotecas na promoção da educação de qualidade, na inclusão social e na democratização do acesso à informação	Baixa ocorrência nos PDU de ações voltadas para a acessibilidade, diversidade e inclusão
Infraestrutura e inovação	A presença nos PDI de ações voltadas para a sustentabilidade socioambiental, o uso racional de recursos e a modernização das infraestruturas	Pouquíssima operacionalização dessas ações constante nos documentos das bibliotecas
Produção e acesso à informação	O potencial das bibliotecas universitárias como mediadoras do acesso aberto, da preservação da memória científica e da informação sustentável	Falta de integração entre os repositórios institucionais e as estratégias informacionais com os ODS
Parcerias institucionais	O reconhecimento nos PDI da importância de parcerias entre as instituições e a sociedade	Escassez de ações nos documentos que articulem as bibliotecas como administradoras dessas parcerias estratégicas

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A principal potencialidade identificada reside na centralidade da sustentabilidade nos planos das universidades analisadas. Os PDI incorporam a sustentabilidade como um princípio orientador, valor institucional ou objetivo estratégico, especialmente vinculada ao desenvolvimento regional amazônico. Esse dado revela um ambiente institucional favorável à implementação de ações sustentáveis, uma vez que o planejamento em nível macro reconhece a importância da Agenda 2030 e dos ODS como referenciais estruturantes da atuação universitária.

Outra potencialidade relevante está relacionada ao modelo organizacional predominante de SiBi. Esse arranjo favorece a padronização de processos, estabelece um compartilhamento de recursos, promove a integração de serviços e estimula a formulação de políticas comuns, e isso tudo cria condições institucionais mais propícias para a adoção de práticas sustentáveis. Sob essa perspectiva, o planejamento em rede pode contribuir para ações alinhadas aos ODS 9 e 12, especialmente no que diz respeito à racionalização de recursos, à inovação em serviços informacionais e à melhoria da infraestrutura.

No campo da educação, inclusão e redução das desigualdades, os documentos analisados reconhecem o papel estratégico das bibliotecas universitárias na promoção da educação de qualidade (ODS 4) e na democratização do acesso à informação (ODS 10). As bibliotecas são frequentemente mencionadas como espaços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, e isso reforça seu potencial como agentes de inclusão social, formação cidadã e difusão do conhecimento científico, sobretudo em uma região marcada por desigualdades territoriais como é o caso da Amazônia Legal.

Destacamos, também, o potencial informacional das bibliotecas no que se refere ao acesso aberto, em simultâneo à preservação da memória científica e à organização do conhecimento. Esses aspectos, em nosso entendimento, estão diretamente relacionados aos ODS 12 e 16. Além disso, iniciativas pontuais, como a vinculação de repositórios institucionais aos ODS, podem permitir evidenciar possibilidades concretas de atuação das bibliotecas enquanto mediadoras entre a produção científica e os desafios do desenvolvimento sustentável.

Os PDI analisados demonstram uma valorização das parcerias institucionais, alinhada ao ODS 17. As universidades sempre reconhecem a importância da cooperação interinstitucional na articulação com a sociedade e na integração entre diferentes setores acadêmicos e administrativos. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias adquirem, em nossa interpretação, um grande potencial para atuar como núcleos articuladores de ações educativas, culturais e informacionais voltadas para a sustentabilidade.

Por outro lado, apesar dessas potencialidades, o principal desafio que identificamos é a fragilidade e a ausência de PDU específicos para as bibliotecas universitárias. A maioria das instituições analisadas não dispõe de documentos próprios de planejamento para as bibliotecas, e isso, de acordo com o que apuramos ao longo da pesquisa, limita a tradução das diretrizes institucionais em ações concretas no âmbito dessas unidades. Essa lacuna, portanto, compromete a operacionalização da sustentabilidade em um nível micro-organizacional, tornando-a dependente de iniciativas isoladas ou individuais, que concluímos não serem sustentáveis a longo prazo.

Outro desafio significativo se refere à distância entre o discurso institucional e a prática efetiva. Embora os PDI apresentem, sim, um forte alinhamento retórico com a sustentabilidade e os ODS, essa orientação nem sempre se materializa em metas, indicadores ou ações claramente definidas nos PDU. Essa falta de esclarecimento dificulta a avaliação e a continuidade de práticas sustentáveis no cotidiano das bibliotecas universitárias.

No que concerne à inclusão, à acessibilidade e à diversidade, observamos que esses temas são amplamente mencionados nos PDI, mas raramente são detalhados de fato nos documentos específicos das bibliotecas. Como consequência disso, a ausência de ações estruturadas voltadas para a acessibilidade física, digital e informacional acaba se tornando um desafio grande, ainda mais diante do compromisso assumido pelas instituições com os ODS 4 e 10 e com a redução das desigualdades regionais.

A infraestrutura e a inovação tecnológica também são desafios persistentes. Embora os documentos reconheçam a necessidade de uma modernização, da sustentabilidade ambiental e do uso racional de recursos, as bibliotecas comumente enfrentam grandes limitações orçamentárias, tecnológicas, logísticas que dificultam a implementação de

práticas alinhadas aos ODS 9 e 12. Por conta disso, inferimos que essas limitações são agravadas pelas especificidades territoriais da Amazônia Legal, como a dispersão geográfica dos *campi* e a desigualdade no acesso a tecnologias.

Além disso, a baixa formalização da atuação das bibliotecas em parcerias estratégicas constitui também um desafio que vale destacarmos. Ainda que os PDI enfatizem a importância das parcerias para o desenvolvimento sustentável, os PDU raramente esclarecem o papel das bibliotecas nesse processo. Isso, por certo, reduz a visibilidade institucional dessas unidades e limita seu potencial de contribuição efetiva para o alcance do ODS 17, especialmente no que tange à articulação entre universidade e sociedade.

Considerações finais

A pesquisa analisou a incorporação da sustentabilidade nos PDI das IES públicas da Região Norte e nos PDU de suas bibliotecas universitárias, à luz dos ODS. Os resultados evidenciaram que a sustentabilidade ocupa um lugar central nos documentos, e vem sendo associada às missões institucionais, aos valores organizacionais e ao compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, mesmo que de forma tímida.

Entretanto, identificamos uma lacuna significativa entre o planejamento institucional das universidades e o planejamento específico das bibliotecas universitárias. A maioria das bibliotecas não dispõe de PDU próprios ou apresenta documentos que pouco operacionalizam as diretrizes institucionais relacionadas à sustentabilidade e aos ODS. Essa assimetria, no nosso entendimento, acaba limitando a tradução das intenções estratégicas em ações concretas no âmbito das bibliotecas, e isso torna a implementação de práticas sustentáveis dependente de iniciativas muito pontuais nas instituições.

Diante disso, concluímos que as bibliotecas universitárias possuem um bom potencial para atuar como agentes estratégicos do desenvolvimento sustentável na Região Norte, especialmente na promoção da educação de qualidade, da inclusão social e do acesso à informação. Contudo, o fortalecimento desse papel depende em grande medida de uma articulação efetiva entre PDI e PDU, da incorporação explícita dos ODS no planejamento das bibliotecas e do reconhecimento institucional dessas unidades como espaços centrais para a implementação da sustentabilidade no ensino superior e no contexto amazônico.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence

2015 *Análise de conteúdo*. 7ª ed. São Paulo: Edições 70, 2015.

DUTRA, S. K. W.; PINTO, M. D. S.; GERALDO, G.

2017 Agenda 2030: uma proposta de advocacy junto às bibliotecas das universidades públicas de Florianópolis-SC. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017). [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/939/960>.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D.

2017 Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos EBAPE.BR*. [Em linha]. 15:3 (2017) 667-681. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395157473>.

GAMA, M. C. F.; ZANINELLI, T. B.

2023 Serviços informacionais e a agenda 2030 em bibliotecas universitárias. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23º, Aracajú, 2023 – *Anais*. [Em linha]. Aracajú: ENANCIB, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1341/1090>.

MAMTORA, J.; PANDEY, P.

2018 Identifying the role of open access information in attaining the UN Sustainable Development Goals. In IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 84ª, Kuala Lumpur, 2018 – *Anais*. [Em linha]. Seattle: IFLA, 2018. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/aac04ee7-98a2-4fdo-b699-8fc1452c5add/content>.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL

2015 *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. [Em linha]. Brasília (DF): Nações Unidas Brasil, [s.d.]. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

PATRI, E. C.

2011 Relações governamentais, Lobby e advocacy no contexto de publicaffairs. *OrGAnICoM*. [Em linha]. 14 (2011). [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/issue/view/10222>.

ROSSI, T.; PINTO, M. D. S.

2023 Framework serviços fundamentais para BU com enfoque nos objetivos de desenvolvimento sustentável. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22º, Florianópolis, 2023 – *Anais*. [Em linha]. Florianópolis: SNBU, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/3015>.

SIBI UFAM

2023 *Plano de Desenvolvimento da Unidade 2023-2025*. [Em linha]. Manaus: SiBi UFAM, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/handle/123456789/8041>.

SIBI UFOPA

2025 *Plano de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Bibliotecas 2025-2027*. [Em linha]. Belém: SiBi UFOPA, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://pdi.ufopa.edu.br/pdi/pdu/documentos-pdus/>.

SILVA, L. M. V. [et al.]

2025 Educação superior e sustentabilidade na Amazônia Legal: desafios e perspectivas para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. [Em linha]. 18:9 (2025) e20879. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/20879>.

SIQUEIRA, T. G. S.; TRINDADE, T. O.; TRINDADE, T. L.

2022 Biblioteca universitária 2 em 1: desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 18 (2022) 1-17. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1693>.

UEA. Universidade do Estado do Amazonas

2023 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027*. [Em linha]. Manaus: UEA, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://pdi.uea.edu.br/>.

UEAP. Universidade do Estado do Amapá

2024 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2029*. [Em linha]. Macapá: UEAP, 2024. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://ueap.edu.br/pagina/plano_de_desenvolvimento_institucional_pdi.html.

UEPA. Universidade do Estado do Pará

2017 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UEPA 2017-2027*. [Em linha]. Belém: UEPA, 2017. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://prograd.uepa.br/wp-content/uploads/2022/01/PDI-2017-2027_compressed.pdf.

UERR. Universidade Estadual de Roraima

2023 *Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Pedagógico Institucional: vigência 2023-2027*. [Em linha]. Boa Vista: UERR, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://uerr.edu.br/downloads/>.

UFAC. Universidade Federal do Acre

2024 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029*. [Em linha]. Rio Branco: UFAC, 2024. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://www.ufac.br/site/ufac/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional>.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas

2025 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2026-2030*. [Em linha]. Manaus: UFAM, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://proplan.ufam.edu.br/pdi-menu.html>.

UFNT. Universidade Federal do Norte do Tocantins

2023 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFNT 2024-2027*. [Em linha]. Araguaína: UFNT, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://sistemas.ufnt.edu.br:5001/sau/none/files?path=./PROPESQ/PPGeo/Documentos/PDI%20UFNT.pdf>.

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Pará

2024 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA 2024-2031*. [Em linha]. Santarém: UFOPA, 2024. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://pdi.ufopa.edu.br/pdi/>.

UFPA. Universidade Federal do Pará

2016 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA 2016-2025*. [Em linha]. Belém: UFPA, 2016. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://pdi.ufpa.br/pdis-antecedentes/pdi-2016-2025>.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Biblioteca Central

2022 *Plano de Desenvolvimento da Biblioteca Central 2022-2025*. [Em linha]. Belém: Biblioteca Central UFPA, 2022. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://bc.ufpa.br/pdu-biblioteca-central/>.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia

2025 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRA 2025-2030*. [Em linha]. Belém: UFRA, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://pdi.ufra.edu.br/>.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia. Biblioteca Universitária

2025 *Plano de Desenvolvimento da Unidade 2025-2027*. [Em linha]. Belém: UFRA, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://portalbiblioteca.ufra.edu.br/images/Institucional/PDU-BLJTVS_FINALIZADO_14_01_26_definitivo.pdf.

UFRR. Universidade Federal de Roraima

2021 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRR 2021-2025*. 3ª ed. [Em linha]. Boa Vista: UFRR, 2021. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://ufrr.br/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/>.

UFT. Universidade Federal do Tocantins

2021 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT 2021-2025*. [Em linha]. Palmas: UFT, 2021. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/16G29vJbQ1ikIp_eqtOvgw.

UNIFAP. Universidade Federal do Amapá

2019 *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024*. [Em linha]. Macapá: UNIFAP, 2019. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://www2.unifap.br/pdi/>.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

2020 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFESSPA 2020-2026*. [Em linha]. Marabá: UNIFESSPA, 2020. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://seplan.unifesspa.edu.br/pdi.html>.

UNIFESSPA. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Centro de Biblioteca Universitária

2024 *Plano de Desenvolvimento da Unidade 2024*. [Em linha]. Marabá: UNIFESSPA, 2024. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://cbiu.unifesspa.edu.br/images/documentos/PDU-CBIU2024.pdf>.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia

2025 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIR 2025-2029*. [Em linha]. Porto Velho: UNIR, 2025. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://pdi.unir.br/pagina/exibir/25806>.

UNITINS. Universidade Estadual do Tocantins

2023 *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNITINS 2023-2027*. [Em linha]. Palmas: UNITINS, 2023. [Consult. 27 fev. 2026]. Disponível em: <https://www.unitins.br/nPortal/pdi>.

Carinna Jeffres de Lima | carinna.jeffres9@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Felipe Vlxio | felipevlaxio@ufam.edu.br

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil

Amanda de Queiroz Bessa | amandabessa@ufam.edu.br

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil